



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ARLESA DE BARBOSA
CLAUDINEA DOS SANTOS SILVA
EDINILCE ISABEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS**

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL ENTRE ALUNOS NO AMBIENTE ESCOLAR

**CARACARAÍ – RR
2026**



**ARLESA DE OLIVEIRA BARBOSA
CLAUDINEA DOS SANTOS SILVA
EDINILCE ISABEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS**

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL ENTRE ALUNOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso Licenciatura em Pedagogia do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Caracarái com requisito parcial para obtenção de
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Ronaldo Martins Santana.

**CARACARAÍ – RR
2026**

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL ENTRE ALUNOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Autor¹ ARLESA DE OLIVEIRA BARBOSA

Autor ² CLAUDINEA DOS SANTOS SILVA

Autor ³ EDINILCE ISABEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Orientador: ESP. RONALDO MARTINS SANTANA

Declaro que sou autor(a)¹ deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

RESUMO - A discriminação social no ambiente escolar é um problema que afeta o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, as manifestações da discriminação social entre alunos no ambiente escolar, destacando suas causas, consequências e possíveis estratégias de enfrentamento. A pesquisa baseou-se em estudos de autores que discutem inclusão, igualdade, e convivência escolar. Os resultados demonstram que a discriminação social pode gerar exclusão, baixo rendimento escolar e dificuldades de interação entre os alunos, comprometimento da autoestima e desmotivação para os estudos. Observou-se ainda que os fatores relacionados às desigualdades sócioeconômicas influenciam diretamente as relações interpessoais no contexto escolar, contribuindo para situações de preconceito e segregação. Nesse sentido, destaca-se a importância da atuação da escola, da família e dos profissionais da educação na promoção de práticas inclusivas e no fortalecimento de uma cultura de respeito às diferenças. Concluindo-se que a escola desempenha papel fundamental na construção de um ambiente educacional mais acolhedor, democrático e inclusivo, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação Social. Ambiente escolar. Inclusão. Educação. Convivência Escolar.

¹Licencianda em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: arlessaoliveira94@gmail.com.

²Licencianda em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: santosclaudya40@gmail.com.

³Licencianda em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: edinilce88isantos@gmail.com.

⁴Professor Orientador, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. E-mail: ronaldosantanarr10@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A escola constitui um espaço fundamental de ensino-aprendizagem, socialização e formação cidadã, desempenhando papel essencial na construção de valores democráticos e inclusivos. Contudo, esse ambiente, que deveria promover a igualdade e o respeito mútuo, muitas vezes reflete as desigualdades sociais presentes no contexto mais amplo, reproduzindo práticas de exclusão e preconceito.

Sob este aspecto, cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece princípios que orientam a educação brasileira, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito a liberdade e a diversidade. Nesse contexto, o artigo busca realizar reflexão sobre o tema: Discriminação social entre alunos no ambiente escolar, apontando-se os princípios legais e as práticas pedagógicas que assegurem uma educação inclusiva, equitativa e transformadora para todos.

Tal como afirma Paulo Freire (1996), onde segundo ele “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Tendo-se que as diferenças sócioeconômicas presentes na sociedade frequentemente se apresentam no contexto escolar, contribuindo para a formação de grupos, que desencadeiam processos de exclusão e conflitos entre os estudantes. Nesse cenário, a discriminação social configura-se como um problema que interfere nas relações interpessoais e no processo de ensino-aprendizagem, comprometendo a construção de um ambiente escolar, democrático e pautado na igualdade.

Nesse contexto, tem-se que a escola exerce papel fundamental na promoção do respeito às diferenças e na valorização da diversidade, desenvolvendo ações que favoreçam a inclusão e a convivência harmoniosa. Visto que possível notar que a atuação dos profissionais da educação, aliada à participação efetiva da comunidade escolar, revela-se fundamental para o enfrentamento de práticas discriminatórias.

Assim, sob a perspectiva social e pedagógica, este trabalho busca oferecer subsídios teóricos que auxiliem os educadores na promoção da equidade, de modo a favorecer a construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático. De modo que a relevância deste estudo fundamenta-se na

necessidade de compreender que a desigualdade social na escola não se limita à falta de recursos materiais, mas manifesta-se ativamente nas relações interpessoais através do preconceito e da exclusão entre os pares.

Sendo assim, investigar esse fenômeno justifica-se pelo seu impacto direto à educação; quando a discriminação afeta o rendimento e a permanência do estudante de baixa renda, ela perpetua o ciclo de exclusão social que a escola deveria romper. Portanto, este estudo consiste no questionamento o qual volta-se buscar-se saber: De que maneira a discriminação social entre estudantes no ambiente escolar influencia o rendimento acadêmico e a permanência de alunos de baixa renda na escola?.

Pautando-se, para tanto, como Objetivo Geral a buscar por: Analisar a discriminação social no ambiente escolar, identificando suas causas, consequências e impactos nas relações entre alunos. Almejando-se a este ponto delinear o estudo através dos Objetivos Específicos, cujos são: Identificar as principais formas de discriminação social presentes no ambiente escolar; Compreender os fatores que contribuem para a ocorrência da discriminação entre os alunos; Analisar os impactos da discriminação social no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes; Discutir o papel da escola e dos professores no combate à discriminação e na promoção do respeito às diferenças.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, configurando-se, para tanto, através de Análise de Literatura. Pois, conforme o entendimento de Graziosi, Liebano e Nahas (2010, p. 19), “[...] são conjuntos de dados que se relacionam entre si. Permitem a recuperação da informação memorizada. “[...]. Além de reunir e organizar artigos de revistas, livros, teses, entre outros documentos”.

As contribuições teóricas de autores como Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Henri Wallon, Vygotsky e Maria T. M, Beatriz G. e Silva, Freitas.N.K evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a inclusão, o respeito às diferenças e a promoção da igualdade. Para melhor organização este estudo vem estruturado em seções ou pontos principais, cujos abordam inicialmente: O Papel da Escola no Combate à Discriminação Social; Desigualdades Sociais, Preconceito, e Exclusão; Ambiente Escolar; Consequências da Discriminação Social para o Desenvolvimento dos Alunos. Seguindo-se, para tanto, pela conveniente Discussão, Relatos de Experiências e Estratégias Pedagógicas. Por



fim, são apresentadas as Considerações Finais. Realizando-se subsequentemente, as necessárias e merecidas referências, cujas fundamentaram o estudo aqui contextualizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLA

Neste ponto do estudo busca-se sintetizar a relação coexistente que, por vezes, contribui significativamente no processo de ensino-aprendizagem, e interação e inclusão escolar dos educandos, sobretudo, ao que se refere no aspecto negativista presente no ato discriminatório. Tendo em vista, para tanto, sua caracterização exclusiva e segregatória no ambiente escolar, corroborada por meio da prática nociva da discriminação, conforme segue nos subitens abaixo.

2.1.1. O Papel da Escola no Combate à Discriminação Social

A legislação brasileira estabelece que a educação deve promover o respeito aos direitos humanos, à diversidade e à igualdade de oportunidades. Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), asseguram uma educação pautada nos princípios da equidade e da valorização da diversidade.

Nesse contexto, cabe à escola desenvolver ações educativas que favoreçam a prevenção e o enfrentamento da discriminação social, consolidando ambientes escolares baseados no respeito, na cooperação e na inclusão. Nesse sentido, Maria V. C. (2008, p. 45), “explicita que “a escola é um espaço privilegiado para a construção de uma cultura de direitos humanos, capaz de promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e combatam todas as formas de exclusão”.

Nessa mesma perspectiva, Mantoan (2003, p. 25), destaca que “a escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza as diferenças, garantindo a todos os alunos o direito de aprender e de participar plenamente do processo educativo”.

Assim, a inclusão escolar deve assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

Por outro lado, Bourdieu (1998, p. 41) afirma que “a escola tende a legitimar as desigualdades sociais ao transformar diferenças culturais em diferenças escolares.” Essa reflexão evidencia que, embora a escola tenha o papel de promover a inclusão, ela também pode reproduzir as estruturas de dominação presentes na sociedade, reforçando distinções entre os alunos com base em sua origem social e capital cultural.

A escola é um espaço de formação humana, social e cultural, onde crianças e adolescentes convivem com diferentes realidades sociais, econômicas e culturais. Entretanto, esse ambiente, que deveria promover a inclusão e o respeito às diferenças, muitas vezes reproduz desigualdades presentes na sociedade. Ao passo que a discriminação social entre alunos constitui uma das formas mais frequentes de exclusão no contexto escolar, manifestando-se por meio de preconceitos relacionados à condição econômica, aparência física, vestimentas, local de moradia e contexto familiar.

Assim, segundo o educador brasileiro Paulo Freire (1996), a educação deve ser um instrumento de transformação social e de combate às injustiças. Para o autor, a escola precisa desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam o respeito mútuo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Desse modo, conforme Freitas (2007):

Espera-se que a escola tenha um papel complementar ao desempenhado pela família no processo de socialização das crianças com necessidades educacionais especiais. É uma tarefa difícil e delicada, que envolve boas doses de atitudes pessoais e coletivas, caracterizadas principalmente pelo diálogo, pela compreensão, pelo respeito às diferenças e necessidades individuais, pelo compromisso e pela ação”. (FREITAS, 2007, p. 4)

Sob esta perspectiva, Freire (1996, p. 161), expressa que: “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando, exige segurança, exige saber escutar, exige afetividade”. Entendendo-se, portanto, que o ambiente escolar, não se restringe ao currículo escolar, mas abrange como um todo a sociedade, a família, a afetividade entre os educadores e alunos, para que se possa juntos enfrentar os desafios de sua formação como pessoa em desenvolvimento, ou seja, cidadão consciente de seus direitos e obrigações para com sua sociedade.

2.1.2. Desigualdades Sociais, Preconceito, e Exclusão

O preconceito é compreendido como um julgamento prévio baseado em estereótipos e generalizações. Quando esse preconceito se transforma em ações ou comportamentos que prejudicam outra pessoa, ocorre a discriminação. Desse modo, de acordo com Crochík (2011), o preconceito é construído socialmente e aprendido nas relações humanas. Assim, muitas atitudes discriminatórias observadas no ambiente escolar são reflexos de valores e comportamentos presentes na sociedade e, por conseguinte, reproduzidos pelos estudantes.

Considerando válido ressaltar que a discriminação social pode manifestar-se de diversas formas, tais como: Exclusão de colegas em atividades e brincadeiras; Apelidos relacionados à condição econômica; Humilhação públicas; Comentários ofensivos sobre roupas, materiais escolares ou aparências; Isolamento social; *Bullying* motivado por diferenças socioeconômicas. Essas práticas afetam diretamente a convivência escolar e podem gerar consequências psicológicas significativas para as vítimas.

2.1.3. Ambiente Escolar

Sob este contexto cabe ressaltar que no ponto de vista de Gonçalves e Silva (2004, p. 19), tem-se que: “É no cotidiano escolar que se concretizam as políticas de educação das relações étnico-raciais, sendo fundamental o comprometimento dos gestores e docentes”. Ao passo que a este sentido, a instituição escolar não está isolada da sociedade, ao contrário, reflete muitos dos problemas sociais existentes.

Por sua vez, de acordo com Bourdieu (1998), a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais ao valorizar determinados conhecimentos, comportamentos e formas de linguagem que geralmente estão associados às classes sociais mais favorecidas. Assim, é por meio da interação social que a escola pode transformar essa realidade e promover uma educação mais inclusiva.

Expressando ainda a este sentido que: “O princípio que regula a dinâmica implícita nessa trama cultural conceitual é a interação social. Trata-se

de um modelo pertinente em tempos de educação inclusiva, onde a interação é o princípio essencial.” (VYGOTSKY, 1984, p. 145 *apud* NELI, 2007, p. 12)

Assim, para Bourdieu (1998), os alunos chegam à escola com diferentes níveis de capital cultural, isto é, conhecimentos, experiências e habilidades adquiridas no ambiente familiar. Essas diferenças influenciam o desempenho escolar e podem contribuir para processos de exclusão e discriminação entre os estudantes.

Nesse contexto, crianças provenientes de famílias com menor poder aquisitivo podem ser alvo de comentários depreciativos, apelidos ofensivos e exclusão dos grupos sociais da escola. Essas atitudes reforçam sentimentos de inferioridade e comprometem tanto o desenvolvimento escolar quanto o emocional dos alunos, dificultando sua integração e participação plena no ambiente educativo.

2.1.3. Consequências da Discriminação Social para o Desenvolvimento dos Alunos

Em se tratando desta temática tem-se que a discriminação social produz impactos negativos tanto no desenvolvimento emocional quanto no rendimento escolar dos estudos. Crianças e adolescentes que sofrem discriminação frequentemente apresentam sentimentos de tristeza, insegurança, vergonha, ansiedade e baixa autoestima.

De forma que segundo Wallon (1975), as relações afetivas desempenham papel fundamental no desenvolvimento humano. Quando o aluno vivência situações de rejeição ou exclusão, sua construção identitária e seu processo de aprendizagem podem ser comprometidos. Assim sendo, além dos aspectos emocionais, a discriminação pode provocar:

- Desmotivação para frequentar a escola;
- Dificuldades de aprendizagem;
- Baixa participação nas atividades escolares;
- Problemas de socialização;
- Evasão escolar;



- Desenvolvimento de comportamentos agressivos ou retraídos.

Dessa forma, a discriminação social representa um obstáculo para a garantia do direito à educação de qualidade e para a construção de um ambiente escolar acolhedor.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza qualitativa, exploratória, e descritiva. Perpetuando, para tanto, em Análise de Literatura sem vertentes bibliográficas e literárias. Tendo como objetivo compreender como ocorre a discriminação social entre alunos no ambiente escolar e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem.

Entendendo-se como adequada a este ponto, a explicitação de Prestes (2012, p. 29), quando tem-se que a pesquisa bibliográfica é: “Aquela que se efetiva tentando resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”. Nesse sentido, tem-se que o estudo busca, dentre outros fatores, analisar produções acadêmicas e documentos que abordam a discriminação social no contexto escolar, bem como suas consequências para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes.

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois busca compreender fenômenos sociais a partir da interpretação e análise dos significados atribuídos pelos sujeitos e pela sociedade. Ao passo que segundo Minayo (2003), a pesquisa qualitativa trabalha com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando na compreensão das relações humanas, valores, crenças e comportamentos.

Para tanto, os procedimentos metodológicos consistiram na realização de levantamento bibliográfico em livros, periódicos científicos, artigos publicados em bases de dados acadêmicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e documentos normativos relacionados à educação. Assim, serão consultadas bases como o *Google Acadêmico*, o *Scielo*, e o Portal de periódicos CAPES, utilizando descritores como “discriminação social”,

“preconceito escolar”, “desigualdade social na escola”, “relações interpessoais”, “inclusão escolar” e “ambiente escolar”.

Por sua vez, para a seleção dos materiais, foram adotados critérios de inclusão que contemplam publicações em língua portuguesa, disponíveis na íntegra, relacionadas diretamente ao tema da pesquisa e publicadas preferencialmente nos últimos 10 (dez) anos, sem excluir obras clássicas relevantes para a fundamentação teórica. Ao passo que foram excluídos materiais que não apresentam relação direta com o objeto de estudo ou que não possuem respaldo científico.

De tal modo, consoante as aspirações deste estudo tem-se que a análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo literário, permitindo assim identificar, categorizar e interpretar as informações encontradas na literatura pesquisada, sobretudo, em língua vernácula, ou seja, Língua Portuguesa. Dessa forma, será possível compreender as principais causas da discriminação social entre alunos, as manifestações desse fenômeno no ambiente escolar, seus impactos no desenvolvimento dos estudantes e as estratégias pedagógicas que podem contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva e igualitária.

Por fim, espera-se que a pesquisa tenha contribuído significativamente para a reflexão sobre a importância do combate à discriminação social nas instituições de ensino, evidenciando o papel da escola na promoção do respeito às diferenças, da convivência harmoniosa e da formação cidadã dos educandos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL COMO REALIDADE PRESENTE NO AMBIENTE ESCOLAR

Sob esta perspectiva tem-se que a análise das obras consultadas permitiu identificar que a discriminação social entre alunos permanece como uma realidade presente em diversas instituições de ensino. Embora a escola seja reconhecida como um espaço de formação humana, convivência e construção

da cidadania, os estudos demonstram que ela também reproduz desigualdades existentes na sociedade.

Nesse contexto, alunos provenientes de famílias com menor poder aquisitivo, residentes em áreas periféricas ou que apresentam características consideradas diferentes dos padrões socialmente valorizados podem tornar-se alvos de exclusão e preconceito. De forma que os autores analisados destacam que a discriminação social manifesta-se por meio de atitudes explícitas e implícitas. As formas explícitas incluem apelidos ofensivos, humilhações, comentários depreciativos e exclusão de grupos. Já as formas implícitas aparecem em comportamentos mais sutis, como a rejeição silenciosa, o isolamento social e a dificuldade de integração em atividades coletivas.

Os resultados da pesquisa bibliográfica evidenciam que essas práticas afetam diretamente a qualidade das relações interpessoais no ambiente escolar, comprometendo a construção de um espaço democrático e inclusivo. Dessa forma, percebe-se que a discriminação social não é um problema individual, mas uma questão social que interfere no desenvolvimento integral dos estudantes.

4.2. PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL ENTRE ALUNOS

A literatura consultada aponta diversos fatores associados à ocorrência da discriminação social no ambiente escolar. Entre os aspectos mais citados estão as desigualdades econômicas, as diferenças culturais, a forma de vestir, os materiais escolares utilizados, a aparência física e o contexto familiar dos estudantes.

Observou-se que muitos são julgados e rotulados com base em sua condição socioeconômica. Tendo-se que crianças e adolescentes que não possuem os mesmos recursos financeiros que seus colegas podem sofrer exclusão em atividades sociais e recreativas, além de serem alvo de comentários depreciativos. Essa situação demonstra como as desigualdades sociais ultrapassam os limites da sociedade e se fazem presentes no cotidiano escolar.

Outro fator identificado refere-se à influência da família e do meio social na construção de atitudes preconceituosas. Os estudos analisados indicam que muitos comportamentos discriminatórios são apreendidos em ambientes externos à escola e posteriormente reproduzidos nas interações entre os alunos. Assim, a discriminação social pode ser compreendida como um reflexo das desigualdades e preconceitos presentes na sociedade.

Além disso, os meios de comunicação e as redes sociais também exercem influência significativa na formação de opiniões e comportamentos. Tal como, a valorização de determinados padrões de consumo, aparência e estilo de vida pode reforçar sentimentos de superioridade e inferioridade entre os estudantes, vêm contribuindo para o fortalecimento de práticas discriminatórias.

4.3. IMPACTOS DA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES

Os resultados obtidos evidenciam que a discriminação social produz consequências significativas para o desenvolvimento emocional, social e acadêmicos dos alunos. Diversos autores apontam que estudantes vítimas de discriminação apresentam maior propensão a desenvolver sentimentos de tristeza, insegurança, ansiedade e baixa autoestima.

No âmbito educacional, verificou-se que a discriminação pode afetar diretamente o rendimento escolar. Alunos que vivenciam situações constantes de exclusão tendem a demonstrar menor participação nas atividades pedagógicas, dificuldades de concentração e redução do interesse pelos estudos. Em casos mais graves, podem ocorrer faltas frequentes e até mesmo evasão escolar.

Os estudos também destacam os impactos sociais da discriminação. Crianças e adolescentes que sofrem rejeição podem apresentar dificuldades na construção de amizades e no desenvolvimento de habilidades sociais importantes para a convivência em grupo. Consequentemente, essas experiências podem comprometer sua formação pessoal e cidadã.

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se aos efeitos a longo prazo. Tendo-se que experiências de discriminação vivenciadas durante a



infância e a adolescência podem influenciar negativamente a autoconfiança, os relacionamentos interpessoais e a participação social dos indivíduos ao longo da vida adulta.

4.4. O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL

Os estudos analisados reforçam que a escola desempenha papel fundamental na prevenção e no combate à discriminação social. Como instituição responsável pela formação integral dos estudantes, cabe à escola promover valores relacionados ao respeito, à solidariedade e à valorização das diferenças. De forma que os resultados da pesquisa apontam que a prática pedagógica inclusiva contribui significativamente para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor.

Tendo-se que Projetos interdisciplinares, rodas de conversas, atividades cooperativas e ações voltadas à educação para a cidadania são estratégias frequentemente mencionadas pelos autores como instrumentos eficazes de combate à discriminação. Além disso, destaca-se a importância da atuação dos professores. O educador deve estar atento às relações estabelecidas entre os alunos, identificando situações de exclusão e intervindo de forma adequada sempre que necessário. A mediação de conflitos e o incentivo ao diálogo são ações fundamentais para a promoção de uma convivência respeitosa.

Outro aspecto relevante refere-se à participação da família. A literatura evidencia que o enfrentamento da discriminação social exige uma ação conjunta entre escola e família, uma vez que valores relacionados ao respeito e à convivência são construídos em diferentes espaços sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a discriminação social entre alunos no ambiente escolar, analisar suas causas, manifestações e consequências para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Por meio do levantamento bibliográfico realizado, foi possível identificar que a

discriminação social continua sendo uma realidade presente em muitas instituições de ensino, refletindo desigualdades e preconceitos existentes na sociedade.

Assim, os estudos analisados demonstram que a discriminação social pode ocorrer de diferentes formas, desde atitudes explícitas, como ofensas, apelidos pejorativos e exclusão de grupos, até manifestações mais sutis, caracterizadas por rejeição, isolamento e tratamento diferenciado. Essas práticas afetam diretamente a convivência escolar, comprometendo a construção de um ambiente pautado no respeito, na igualdade e na valorização das diferenças.

Outro ponto relevante identificado ao longo da pesquisa refere-se aos impactos causados pela discriminação social no desenvolvimento dos alunos. Visto que os resultados demonstram que estudantes vítimas de discriminação podem apresentar dificuldades emocionais, redução da autoestima, insegurança, problemas de socialização e baixo rendimento escolar. Em situações mais graves, tais experiências podem contribuir para o afastamento das atividades escolares e até mesmo para a evasão escolar, prejudicando significativamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral do educando.

Para tanto, a análise da literatura permitiu compreender que o enfrentamento da discriminação social exige ações coletivas e permanentes. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na promoção de práticas inclusivas, na construção de relações respeitadas e na valorização da diversidade. Considerando-se, portanto, que o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a cidadania, o respeito às diferenças e a convivência harmoniosa pode contribuir significativamente para a redução de comportamentos discriminatórios no ambiente escolar.

Além disso, verificou-se que a atuação dos professores é essencial nesse processo. Considerando que o educador não deve limitar-se apenas à transmissão de conhecimentos, mas também atuar como mediador das relações sociais, incentivando atitudes de respeito, empatia e solidariedade entre os estudantes. Tendo-se que a observação atenta das interações entre os alunos e a intervenção diante de situações de preconceito e exclusão constituem ações indispensáveis para a construção de um ambiente educacional mais justo e acolhedor.

A participação da família também se mostrou um elemento importante no combate à discriminação social. A parceria entre escola e família fortalece o desenvolvimento de valores éticos e contribui para a formação de indivíduos capazes de conviver de forma respeitosa com as diferenças. Dessa maneira, a educação para o respeito e para a inclusão deve ocorrer de forma integrada entre os diversos espaços de convivência social da criança e do adolescente.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a discriminação social entre alunos representa um desafio significativo para a efetivação de uma educação inclusiva e democrática. Embora avanços tenham sido alcançados por meio de políticas públicas e ações pedagógicas voltadas para a inclusão, ainda existem obstáculos que precisam ser superados para garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, espera-se que este estudo contribuía de alguma maneira para ampliar as discussões acerca da discriminação social no ambiente escolar, sensibilizando educadores, gestores, famílias e a sociedade em geral sobre a importância da construção de uma cultura de respeito, igualdade e valorização da diversidade. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre estratégias pedagógicas eficazes para a prevenção e o enfrentamento da discriminação social, fortalecendo o compromisso da educação com a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

Assim, reafirma-se a necessidade de que a escola continue desempenhando seu papel como o espaço de inclusão, diálogo e formação humana, promovendo não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o desenvolvimento de valores que favoreçam a convivência respeitosa e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de qualquer forma de discriminação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução de elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08.Jul.2026.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, B. A. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 08.Jul.2026.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: desafios e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/903064642/candau-2008>. Acesso em: 09.Jul.2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br>. Acesso em: 08.Jul.2026.

JOCHI, FABIANA A. P. **Gestão escolar com ato antirracista: O papel dos diretores na educação infantil**. International Integralize Scientific. v 5, n 49. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/115264/>. Acesso em: 09.Jul.2026.

MANTOAN, MARIA T. EGLÉR. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/resenha-do-livro-inclusao-scolar-o-que-e-por-que-como-fazer>. Acesso em: 09.Jul.2026.

MINAYO, M.C.de S.(Org). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NELI, K. F. **O direito de ser em educação: um olhar sobre as diferenças e sobre a história da legislação publicado em 23 jul. de 2007 citação referente** (VYGOTSKY, 1984, p.145). Disponível em: [file:///C:/Users/ronaldo/Downloads/admin, + art-7.pdf](file:///C:/Users/ronaldo/Downloads/admin,+art-7.pdf). Acesso em: 09.Jul.2026.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: Do planejamento aos textos, da escola a academia**/Maria Luci de Mesquita Prestes. – 4. ed. – São Paulo: Rêspel, 2012.



WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

Bibliografia Consultada:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho Científico: Elaboração e Formação, Explicitação das normas da ABNT**. 14º Ed. Porto Alegre: Sn. 2014.

Normas ABNT 2026: Guia Completo para Formatação para TCC, Monografia e Artigos. Disponível em: <https://tccmonografiaseartigos.com.br>. Acesso em 18.Jul.2026.